

Turismo histórico: explorando lugares que contam a nossa história e preservam o patrimônio cultural

Historical tourism: exploring places that tell our story and preserve cultural heritage

Gilvan Dockhorn*
Fernando Souto Dias Neto**
Shirley de Souza***

Resumo: o presente artigo emerge da necessidade de propor um diálogo crítico reflexivo acerca do modo como a memória dos lugares fazem parte do patrimônio cultural e se transformam em história através do turismo. A escrita tem como base a cidade de Santa Maria – RS, no entanto, se desloca e dialoga com outros lugares do mundo, proporcionando uma reflexão acerca de como o turismo faz parte da história dos lugares independente do tempo e do espaço. As memórias, sejam elas coletivas ou individuais são instrumentos de extrema importância para a construção de um espaço a ser preservado e passível de visitação. Visitar um lugar é conhecer o passado e reconhecer no presente o a sua história.

Palavras-chave: Lugares de memória; Patrimônio; Turismo.

Abstract: This article emerges from the need to propose a critical and reflective dialogue about how the memory of places is part of cultural heritage and is transformed into history through tourism. The writing is based in the city of Santa Maria – RS, however, it moves and dialogues with other places in the world, providing a reflection on how tourism is part of the history of places regardless of time and space. Memories, whether collective or individual, are extremely important instruments for the construction of a space to be preserved and open to visitation. Visiting a place is to know the past and recognize its history in the present.

Keywords: Places of memory; Heritage; Tourism.

* Doutor e Professor Associado da Universidade Federal de Santa Maria lotado no Departamento de Turismo.

** Doutorando em História pelo PPGH-UFSM, bolsista CAPES/DS.

*** Possui graduação de Tecnologia em Gestão de Turismo pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM (2021). Atualmente é Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM (2023).

Introdução

Alguns elementos nos levam a pensar o espaço no qual habitamos, estabelecer relações e até mesmo buscar compreender como foram forjados, convertendo-se em lugares que contam a história e falam sobre sujeitos, ou seja, fazendo parte de sua constituição como agentes do processo. Dessa forma, podem ser observadas transformações que se circunscrevem nessas paisagens, que se formam e se estabelecem nos cotidianos vivenciados.

Os autores deste breve ensaio, mesmo que dialoguem entre si e com outros, partindo de suas distintas áreas de pesquisa e atuação, aqui estabelecem interesses que permeiam o espaço público, por meio de uma abordagem que permite o diálogo, a ocupação e a fruição de ideias e a troca de saberes. Nessa direção, observa-se que, seja através de sujeitos locais ou mesmo aqueles que por Santa Maria (RS) passam, é possível perceber as marcas que são deixadas no território. Para isso, as motivações geradoras do ensaio vão para além da inserção no espaço, acreditando que ele, por si só, pode servir como um lugar que ensina, marca e transforma o olhar e a configuração de uma mentalidade sobre o espaço público, mas que, em alguns momentos, atende interesses que o deslocam dos sujeitos que aqui estão.

A partir disso, elenca-se o município de Santa Maria (RS), cidade localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul, a fim de olhar para sua história; que passou a se configurar como um polo cultural descentralizado da região metropolitana. Para tal, entende-se a necessidade de compreender como se configurou seu espaço público e quais transformações ocorreram, além de como se encontra a parte central do município nos dias de hoje e sua respectiva história.

Atenta-se, então, para questões que versam sobre a constituição do centro histórico do município, considerando os atravessamentos sofridos pelas questões culturais, tais como a arquitetura urbana e a monumentalização, bem como a forja de espaços de interação e sociabilidade entre os sujeitos. Acredita-se que a cidade desempenha um papel ímpar, que abarca desde questões funcionais – como o trânsito, a mobilidade urbana, a socialização e a emergência de uma região de diálogo com sua população – até aquelas que tocam elementos intangíveis – os saberes, o simbólico e as ideias.

Centro Histórico e materialidade

Este trabalho se insere naqueles que tangem os estudos que pensam a memória, o patrimônio e o turismo. Entendemos estes elementos não apenas como rememoração, ou simples engessamento de artefatos históricos, que consideram a materialidade como mera obra do acaso. Partimos de elementos tangíveis, localizados no território enunciado como centro histórico, para compreender processos que os constituíram e o que fazem ser o que são hoje.

Conforme Joël Candau (2021, p. 21), há memórias de baixo nível, que remetem a momentos individuais, cristalizados em uma memória que se enquadra em algo pessoal ou personificado. O autor propõe pensar a memória em um nível mais elevado, até mesmo para que se possa considerar a coletividade, o movimento que extrapola o individual, remetendo à forma que por vezes modela um sistema de pensamento, uma racionalidade, uma ideia; propondo momentos, instantes que estabeleçam elos com o presente. Portanto, passando para o terceiro modo de ativar uma ideia enquanto memória movente, para Candau (2021), o que ele chama de metamemória estaria nas conexões estabelecidas por indivíduos e que geram elos com os diferentes modos de se ver, pensar e enunciar entre passado e tempo recente.

Nesta dimensão, a memória só pode ser narrada na linguagem pública e instituinte do rito, pois comemorar, na acepção que melhor cumpre o acto vivificante do recordar, é sair da autarcia do sujeito (manifestação potencialmente patológica) e integrar o *eu* na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas (CATROGA, 2015, p. 26).

Para além, o objetivo, aqui, visa buscar uma forma de se trabalhar o espaço público fazendo com que os habitantes, e aqueles que por ali passam, obtenham uma experiência de interação e estabeleçam relações com saberes adquiridos e que podem ser mediados por ideias que emergem no decorrer dos tempos. Assim, torna-se desafiador trabalhar com elementos tangíveis, aliando estudos de memória. Com esse cenário, os autores inclinam-se para elementos que tratam do patrimônio histórico e cultural, o que leva ao entendimento de que fatos, acontecimentos e marcos são distintos, porém, podem estar entrelaçados e remeter a diferentes formas de se ver e compreender o espaço vivido.

Impossível falar da cidade sem abordar seu patrimônio urbano, já que nele estão presentes os prédios, as ruas, os parques, os monumentos, os lugares, as pessoas, entre outros. Tradicionalmente, patrimônio histórico é entendido como algo consagrado, tais com edificações pertencentes a pessoas ou famílias ilustres de determinada sociedade (MEDEIROS; WITT; POSSAMAI, 2014, p. 151).

Pensar como esse patrimônio monumentalizado reflete uma memória de um passado que está presente e que, se não trabalhado – seja nos espaços formais e não formais de educação –, podem cair no esquecimento, levando ao apagamento de narrativas caras para a histórica local. Quanto ao espaço público, Angelo Serpa (2020, p. 19) afirma que

Ele serve de instrumento para que os detentores do poder – político e econômico – destruam tudo aquilo que representa ameaça e resistência, em outras palavras, abram caminho para que se homogeneizem as diferenças. O espaço serve, assim, ao poder institucional como um tanque de combate, instrumentalizando a homogeneização.

Diante disso, os sujeitos cidadãos de Santa Maria (RS), ou não, podem tornar-se agentes a promover tais narrativas, especialmente em movimentos que levem à visita guiada e à forja de um movimento educativo em meio ao desbravamento (pelos estrangeiros) ou trânsito (para os mais corriqueiros) no espaço urbano. Assim, “[...] essas regiões se confundem com a própria origem das cidades, seja porque abrigaram os primeiros povoamentos urbanos, seja porque foram palco de processos sociais e acontecimentos históricos que marcaram a formação das cidades” (LEITE, 2021, p. 51).

Uma das formas propostas ocorre pela educação, por meio de um movimento docente que busca articular-se com o contexto social em que os sujeitos estão inseridos como agentes do processo social. Tal proposta, conforme Ricardo de Aguiar Pacheco (2017, p. 72) coloca, configura-se como uma forma de estudo do meio, prevista e embasada em políticas públicas e educacionais, além dos currículos. Essa, de fato é uma das formas de se trabalhar com o espaço e, neste trabalho, fala-se sobre os centros históricos, a fim de entender seu nascimento cultural e o modo como que se constitui o urbano na cidade.

[...] as comunidades, no lugar onde vivem, deixam marcas que identificam a sua história individual e coletiva. Elas buscam, com o passar do tempo, materializar nesses espaços sua identidade perpetuando suas tradições e costumes. É importante fazer essa observação, porque mesmo que os lugares possuam, aparentemente, as mesmas características, estes trazem sinais particulares do modo de ver e viver da população local (JOHN, 2021, p. 15).

Esses são um dos saberes adquiridos na Educação Básica, que também são requisitos na formação de uma prática cidadã e que, por ventura, podem abrir portas para se pensar novas questões relacionadas à cultura e o turismo, ou seja, uma forma de conhecer o espaço em que se está inserido para além da produção de discursos que circulam pela oralidade; um modo de conhecer as diferentes narrativas presentes independentemente do lugar em que se inserem.

Segundo Jacques Le Goff (2021, p. 2008) há uma espécie de otimismo que permeia os estudos historiográficos, principalmente no que tange às memórias, trazendo à tona uma forma de progresso – material ou no campo das ideias e mentalidades. O autor afirma, ainda, que esse olhar voltado ao passado pode desenvolver uma forma de movimento romântico, que vem a alimentar o cotidiano em geral, como a cultura popular, e o pensamento científico.

Além do século XIX, em que já se tinha uma preocupação com a questão da memória, na metade do século XX que tal otimismo começa a declinar, dando lugar a formas reacionárias de um pensamento retrógrado.

O texto vale o que valeu o trabalho de preparação do manuscrito e a interpretação valerá o que valia o texto; em outras palavras, a superfície do solo posta a descoberto falará na medida em que o pesquisador souber torná-la legível e, uma vez o documento inexoravelmente destruído, daí não se poderá tirar dele mais que aquilo que a dissecação minuciosa terá sabido colocar em estado que possibilite um registro (LEROI-GOURHAN, 1995, p. 92).

Para Paul Ricoeur (2023, p. 190), há indícios de que o modo como se trabalha as questões ligadas tanto à memória quanto à historiografia não residam no centralismo do fato em si. Esse modo, enquanto um acontecimento, não enuncia o que se torna caro às memórias que são trazidas como elementos que forjam o passado; reverberam uma realidade no presente. Dessa forma, o que é inscrito como um acontecimento extrapola as memórias individuais, sendo uma forma de conexão e

trocas entre os sujeitos, levando à documentação do caráter histórico e, até mesmo, o chamado estatuto de validade ou falseabilidade do fato.

Através de aspectos socioculturais, como por exemplo, nos ambientes: familiar, profissional, político, religioso, dentre outros, ocorre a explicitação dos fenômenos envoltos as interfaces da memória. Tais elementos são fundamentais na construção da mesma e, consequentemente, da história destes indivíduos. Assim, a memória também pode ser utilizada para (re)construir os fatos históricos a partir de ressignificações individuais (OLIVEIRA; TOLDO; SILVEIRA, 2020, p. 273).

Seguindo a ideia de manutenção e restauração de memórias, a fim de lembrar, Jeanne Marie Gagnebin (2014, p. 252) aborda questões mais profundas, como as políticas de memória, com as quais o lembrar faz parte de um exercício que vem a manter vivo um passado, seja ele trágico ou de culto, mas que, de certa forma, não se permita seu esquecimento. Nesse entendimento, o próprio esquecimento, ou seja, a não lembrança, tem em vista que as rememorações cumprem um papel importante no que diz respeito à manutenção dessas memórias e acontecimentos enquanto fatos caros para a historiografia.

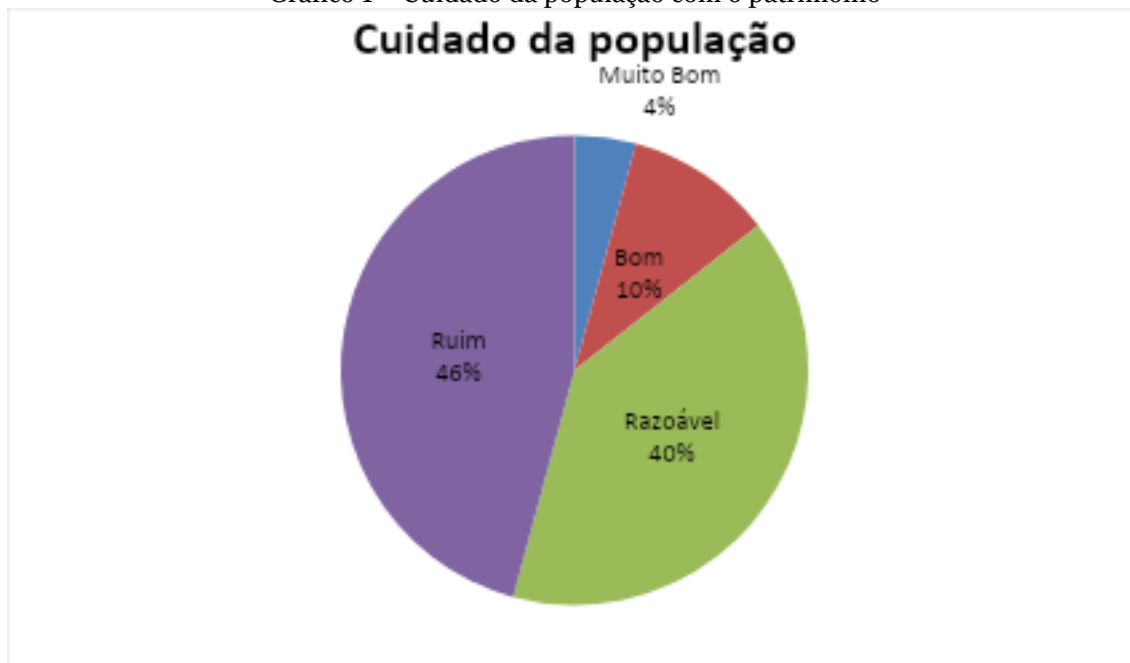
Todo pesquisador e praticante de ciências sabe muito bem que não apenas grande parte de seu trabalho será esquecido (como acontece com a maior parte das coisas humanas); sabe igualmente que no saber científico não existem “produtos eternos” e que nenhuma das verdades a que lhe seja permitido aceder está destinada a permanecer como tal (ROSSI, 2010, p. 183).

Atualmente, questiona-se sobre a falta de assistência do poder público aos espaços urbanos. No entanto, esses espaços são procurados, habitados, ocupados, enfim utilizados pela população? Aponta-se que não se trata de uma via de mão-única, na qual se estaria ligado a um passado nostálgico e um futuro otimista, mas de uma realidade que condensa elos que devem ser estabelecidos como uma pertença aos espaços urbanos. Por meio de questionários semiestruturados¹, aplicados no

¹Os questionários foram aplicados no ano de 2024, como parte de uma pesquisa maior, em que se obteve dados que vão desde um perfil do público em lugares de memória na cidade de Santa Maria (RS) até como os visitantes do Museu Gama d'Eça enxergam o patrimônio no município. Como fragmento que se extraiu dos levantamentos, é possível compreender como os sujeitos, independente de sua origem de nascimento, idade e formação, enfim, visualizam a materialização das memórias no patrimônio histórico e cultural.

Museu Gama d'Eça², localizado na região central do município, obteve-se como resultado os seguintes gráficos:

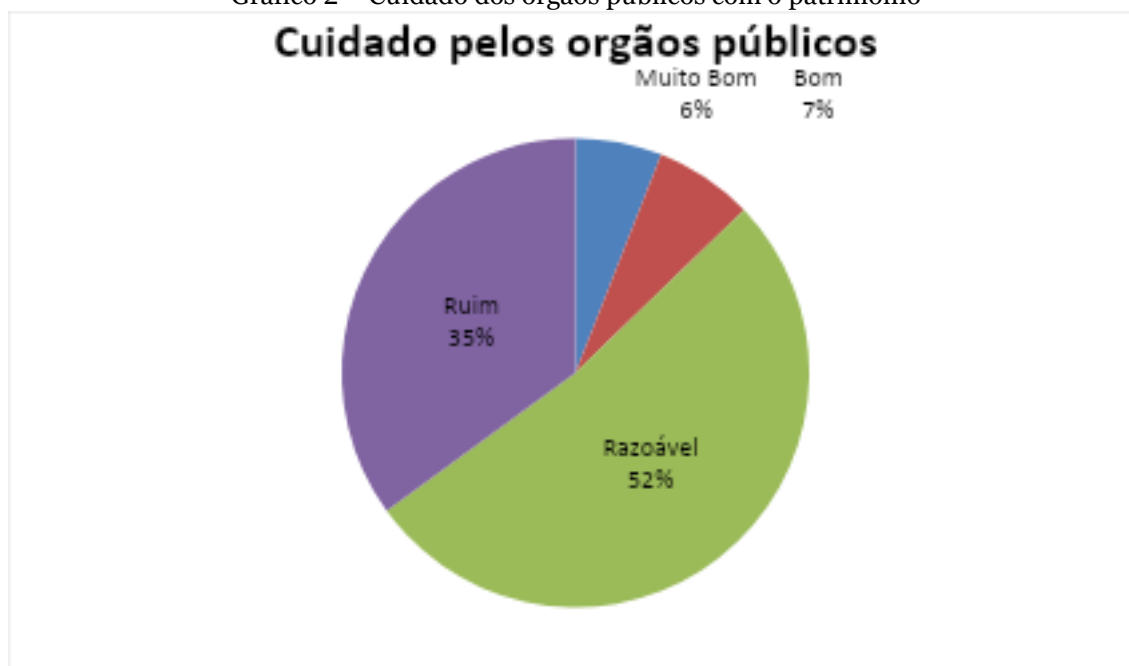
Gráfico 1 – Cuidado da população com o patrimônio



Fonte: Questionários aplicados no Museu Gama d'Eça Santa Maria (RS) (2024).

²O Museu Gama d'Eça se localiza na Rua do Acampamento, uma das principais do município de Santa Maria (RS), e encontra-se sob a gestão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A casa de memórias conta com atividades de pesquisa, ensino e extensão, promovendo a Educação Patrimonial, comunicando e informando através de suas coleções.

Gráfico 2 – Cuidado dos órgãos públicos com o patrimônio



Fonte: Questionários aplicados no Museu Gama d'Eça Santa Maria (RS) (2024).

Com uma amostra de 118 participantes, através de termo livre e esclarecido, foi questionado a respeito do cuidado com o patrimônio no município, tanto parte da população (gráfico 1) quanto por parte do poder público (gráfico 2). Conforme a tabulação das manifestações pelos sujeitos que atenderam às questões propostas, foi possível aferir que a população do município e os órgãos públicos ainda têm um trabalho denso a ser feito, seja por meio de questões focadas nos sujeitos ou por programas que promovam a educação em relação ao patrimônio histórico e cultural, além de elementos estruturais, de restauro e manutenção dos espaços públicos.

Nas palavras de Anna Maria de Lira Pontes (2012, p. 127), o que se mostra a partir dos centros históricos e cabe pensar, é o caso também de Santa Maria (RS). A partir dele, pensa-se elementos que se destacam pelo esquecimento, descaso, abandono, entendendo que

Definida através do fragmento e da alegoria, as ruínas possuem seu valor no tempo presente – mesmo que contraditoriamente entre destruição e preservação. Afinal, as ruínas consagram toda a poeticidade do abandono e destruído nos esforços pela memória, aliados a sua importância arqueológica (e por isso documental) e alegórica, pelo fragmento e as várias interpretações que este representa (PONTES, 2012, p. 217).

Uma das questões relevantes neste estudo, que ajuda a configurar o espaço público urbano, diz respeito ao uso, ocupação, bem como a emergência de uma apropriação e utilização desses lugares, especialmente a formação de um espaço como centro histórico. Os dados dos questionários revelam um cenário onde não há, por parte de um dos elos, a responsabilização, mas um movimento que envolve instituições que detêm o poder administrativo e cidadãos que transitam por esses espaços.

Entretanto, parece haver a necessidade de uma constante escrita da história, que serve como elemento de encontro entre a fonte, o escritor e seus escritos. “Há um esquecer natural, feliz, necessário à vida, dizia Nietzsche. Mas existem também outras formas de esquecimento, duvidosas: não saber, saber, mas não querer saber, fazer de conta que não se sabe, denegar, recalcar” (GAGNEBIN, 2021, p. 101). Assim, trabalhar a historiografia a partir do patrimônio e suas respectivas conexões com o público vem a desfazer, ou mesmo formar memórias que até então estavam por vir; além de promover apagamentos na chamada história não-oficial, o que faz com que quem escreve e realiza os registros detenha um certo poder de perpetuar uma narrativa que se eterniza nas materialidades e imaterialidades.

Só se deixa então captar um resíduo colocado no não tempo de uma superfície de projeção. Visível, tem como efeito tornar invisível a operação que a tornou possível. Visível, tem como efeito tornar invisível a operação que a tornou possível. Essas fixações constituem procedimentos de esquecimento. O traço vem substituir a prática (CERTEAU, 2014, p. 163).

Para Michel de Certeau (2014), ocorre uma sobreposição de elementos na escrita da história, levando em conta quem escreve, além do local em que se situa tal sujeito, a partir do vivido e que vem a ser posto em uma moldura, uma espécie de enquadramento, que acaba por ocultar ou deixar de fora certos elementos não-vividos. Movimentos como esses geram operações de invisibilidade, o que, para as populações e grupos sociais, levam a litígios, disputas e tensões por uma narrativa. São alguns desses elementos e narrativas se perpetuam no cotidiano, por sua vez, são rememorados e postos em regimes de memória, mesmo que de forma alegórica, para serem cultuados e expostos no cenário urbano.

Segundo Maria Amália Silva Alves de Oliveira (2019, p. 19), a partir do século XIX, há uma grande transformação no contexto histórico e cultural mundial – tendo como referência a Inglaterra, além do contexto europeu que se conecta às relações de trabalho somadas à aceleração dos modos de produção. Para se pensar a sociedade, além do referido contexto, compreende-se a necessidade de se transitar entre os territórios para se produzir conhecimento. Nesse cenário, o turismo se configura como uma área capaz de produzir o pensamento científico, da área cultural à social e econômica.

Turismo e Reconhecimento do Espaço: Explorando a Interação entre Cultura e Ambiente

Os avanços e inovações tecnológicas aplicados em áreas ligadas à comunicação, informação, conhecimento, consumo, lazer e deslocamento de pessoas, crescem em velocidade inédita, trazendo novas tendências, novos hábitos, formando um novo sujeito e com novas noções de identidade, memória, história e pertencimento, (Souza, 2017). É neste processo que a memória e o patrimônio se entrelaçam e agregam em práticas sociais e culturais, reunindo uma determinada narrativa da história dos locais, dos eventos, dos grandes fatos e das pessoas além da memória produzida em torno destes, evidenciando uma determinada forma de patrimônio, de história e até mesmo, arte, ofertando novos segmentos para diferentes nichos de mercado, com suas propriedades únicas e buscando novas experiências.

De acordo com Cooper (2000), indiferentemente de ser um nicho novo, o turismo é uma atividade importante o suficiente para o setor econômico e principalmente em termos acadêmicos, pois seu potencial econômico, social e cultural é digno e muito significativo a ponto de ser compreendido e pesquisado. Neto e Lohmann (2008), afirmam que a epistemologia do turismo ganhou um maior reconhecimento na década de 90, onde o turismo obteve mais estudiosos da área, que de fato estão mais interessados em questões práticas da atividade como “planejamento e políticas públicas”. Se pensarmos em alguns fatos, as pessoas podem parecer estranhas por saírem de sua zona de conforto para busca de novas experiências, e trocar seu tempo de descanso, lazer e conforto para ir a lugares

turísticos onde a morte, a tragédia, dor e sofrimento são as principais formas de atrativo turístico. Já Urry, afirma que:

Não existe um único olhar do turista enquanto tal. Ele varia de acordo com a sociedade, o grupo social e o período histórico. Tais olhares são construídos por meio da diferença. Com isso quero dizer que não existe apenas uma experiência universal verdadeira para todos os turistas, em todas as épocas. Na verdade, o olhar do turista, em qualquer período histórico, é construído em relacionamento com seu oposto, com formas não turísticas de experiência e de consciência social: o que faz com que um determinado olhar do turista dependa daquilo com que ele contrasta. (URRY, 1996, p. 16).

Assim, segundo Krippendorf (2001, p.14) “[...] o ser humano não nasceu turista, mas com a curiosidade e um sentimento um tanto nostálgico quanto aos países longínquos que gostaria de conhecer”. Percebe-se assim que o turista busca estas novas experiências. Já para Dias, o turismo faz “parte da natureza do ser humano, desde há muito tempo, viajar já era parte da vida dos homens” (DIAS, 2006, p. 9).

Contudo, segundo Cooper (2000, p. 33) “[...] o turismo ainda é uma área de estudo relativamente jovem, o que acarreta várias questões para todos os envolvidos no ensino, na pesquisa e na temática”. Desse modo, pode-se compreender que a história mostra que as atividades turísticas são relativamente tratadas como novas no mercado, sendo dignas de investimentos empresariais e acadêmicos.

A palavra turismo segundo, Dias e Aguiar (2002) deriva do latim *tornus*, que significa movimento ou volta, assim usamos a palavra *tourism* que emprestada do termo em inglês, que vem do francês *tour*, que significa “dar uma volta”. De acordo com vários historiadores a palavra turismo começou a ser usada no início do século XIX. A partir de filmes, revistas, livros, documentários, estudos e outras fontes de informações sobre a mitologia, filosofia e outras áreas. Para Rejowski (2002), as viagens sempre foram intrigantes com o desenvolvimento humano.

A história das viagens confunde-se com a própria história da humanidade, pois o deslocamento sempre acompanhará o desenvolvimento humano. O homem pré-histórico se deslocava-se em busca de alimentos e proteção, respondendo ao instinto natural de sobrevivência e de defesa. [...] O desejo de conquistar mais provisões e até mesmo as riquezas dos outros povos motivou o empreendimento

de viagens para o domínio de outros territórios (REJOWSKI, 2002, p. 17).

Roma e Grécia tiveram um papel importante no início das organizações de viagens e meios de transportes; como afirma Rejowski (2002), essas duas civilizações construíram obras que até hoje fazem a ligação entre o passado e o futuro. Com espírito de hospitalidade e interesse de aprimorar os costumes e desvendar os hábitos e as técnicas dos povos que os visitavam.

No entanto, podemos destacar alguns fatores de deslocamento como afirmam Dias e Aguiar (2002, p. 42), que “[...] os romanos na construção de várias rotas e estradas onde o comércio se interligava entre a Europa romana, norte da África e ao Oriente”. Após a era medieval, podemos citar como fator de crescimento dos deslocamentos, “as peregrinações, sendo elas dos muçulmanos indo a Meca ou dos cristãos indo a Jerusalém ou em Santiago de Compostela na Espanha” (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 42).

Nos meados do século XVIII o Turismo teve seu início oficial, sendo de origem inglesa, segundo Costa (2014), pois na época a Inglaterra era o país mais rico e poderoso, assim o deslocamento de pessoas motivadas pelo prazer (turistas) assumiu outro patamar. Já Dias e Aguiar (2002), consideram que a Revolução Industrial foi um fator muito importante para a construção do conceito de viagens neste período. Os principais turistas da época eram rapazes jovens de família, de origem germânica, francesa, britânica dentre outros, da alta elite, que não exerciam nenhuma atividade remunerada.

Assim se deu a origem ao Grand Tour, pois na época havia um roteiro mais popular, chamados de itinerários padronizados: o principal guia turístico – The Grand Tour, de Thomas Nugent, foi publicado em 1749. Alguns lugares como a França, a Itália e a Alemanha dentre outros eram os mais procurados. Pois os turistas da época buscavam vivenciar e ter experiências novas sobre cultura, obras arquitetônicas, destaques históricos, e sobre os locais visitados, além de ter contato com outros viajantes (COSTA, 2014). Para Rejowski (2002), foi através do Renascimento, que a busca por conhecimento para a implementação da formação destes jovens, da nobreza e da alta burguesia, predominou pela busca por cultura, agregando no decorrer do tempo a diversão.

Portanto, autores como Barreto (1992) descrevem que o turismo moderno se originou dos avanços tecnológicos, das grandes transformações econômicas, sociais e políticas, fazendo com que a oferta turística e os serviços se aprimorassem e se configurassem como fenômenos sociais característicos de uma determinada época. Pois a era da idade moderna, surge como um renascimento do desejo de explorar e descobrir o novo, com a expansão do comércio e dos negócios, além do grande salto positivo da agricultura, e a evolução da literatura e das artes, valorizando a cultura, deste modo fazendo com que a população procurasse uma forma de satisfazer sua experiência pessoal, buscando o conhecimento sobre o mundo em que vivemos. Como afirma Rejowski:

Do ponto de vista do desenvolvimento das viagens, o Renascimento representou um grande incentivo às viagens culturais, motivadas por estudos e experiências. Esse deslocamento de professores, artistas e intelectuais, por sua vez também impulsionou as viagens como objetivos mercantis. O Renascimento favoreceu o desejo de explorar e de descobrir. Da Itália ele se expandiu rapidamente por toda a Europa. A necessidade de aprender, de adquirir cultura, favoreceu sobremaneira os deslocamentos (REJOWSKI, 2002, p. 37).

Segundo os autores Urry (1996); Goulart & Santos (1998); Serrano (2000), o exponencial desenvolvimento de áreas como hospedagem, alimentação, relações de hospitalidade, roteiros, transportes, evoluíram. Desta forma, o turismo e seus produtos se desenvolveram a partir do século XIX, originando os pacotes turísticos criados por Thomas Cook em julho de 1841, quando o trem partiu de Leicester, na Inglaterra originando a primeira viagem organizada, construindo a era do turismo, na época pós-moderna, construindo uma visão positiva do que seria “viagem” (DIAS; AGUIAR, 2002).

O mesmo comercializou pacotes com preços acessíveis para a população de classe média, transmitindo segurança e suprimindo as necessidades dos seus turistas. Para Urry (1996), com o passar do tempo o “Grand Tour clássico”, onde o principal foco era em obras de arte, observações e registros, museus e artefatos culturais, vendo a necessidade com uma grande emergência do “turismo como paisagem”, mudou sua direção para o “Grand Tour romântico”, uma nova experiência onde o prazer particular procura a beleza além da memória e da lembrança. Pode-se destacar que a partir do séc. XVII houve um aumento significativo de pessoas que visitavam lugares

como centros culturais, e grandes cidades, assim surgindo uma grande fonte migratória para países europeus. Desta forma foi publicado na França por Saint Maurice em 1672 o “Guia fiel dos estrangeiros nas viagens pela França” (DIAS; AGUIAR, 2002).

Este documento seria o que temos hoje como guia didático explicativo da época, onde nela encontravam-se informações de atrativos, lugares para diversão, detalhamento das viagens próximas a Paris, assim usando a expressão *Le grand et Le petit tour* para descrever. Desta forma pode-se compreender a importância do turismo para os locais, a partir do momento em que ele promove a movimentação e deslocamento de pessoas pelo mundo, tornando-se uma das principais atividades econômicas, gerando vários empregos diretos e indiretos.

A curiosidade dos seres humanos é o principal motivador turístico, e a busca de novas sensações, do diferente, sair da sua zona de conforto, agregando práticas sociais e culturais são fatores que promovem atividades e atrativos diferentes; ao sair do turismo convencional e tradicional, e reunindo uma determinada narrativa histórica de locais, eventos, pessoas e a memória produzida em torno destes, evidencia-se uma determinada forma de patrimônio, de história e até mesmo, arte. Como Urry descreve em sua obra “O olhar do turista”: “Tais práticas envolvem o conceito de ‘afastamento’ de uma ruptura limitada com rotinas e práticas bem estabelecidas da vida de todos os dias, permitindo que nossos sentidos se abram para um conjunto de estímulos que contrastam com o cotidiano e o mundano” (URRY, 1996, p. 17).

A procura por novas tendências já no final século XIX faz com que os destinos turísticos se destaquem, assim podendo sustentar o crescimento do turismo, pois, para alguns o turismo comumente praticado e enraizado em práticas sociais já não é suficiente, estão à procura de um turismo alternativo, na busca de novas experiências para que possam sair de sua zona de conforto, assim surgem algumas inovações e tendências no mercado turístico da época, desenvolvendo uma nova oferta de produtos turístico como Rejowski (2002), afirma que através da tecnologia e da evolução do transporte conseguiu-se unir todos os pontos do planeta, provocando mudanças positivas para o crescimento do turismo.

Assim o turismo é pensado e planejado para que seja um conjunto onde temos os indivíduos, organizações, negócios e lugares, para entrelaçar com a vivência de viagem.

Para Urry,

[...] o olhar do turista, em qualquer período histórico, é construído em relacionamento com seu oposto, com formas não-turísticas de experiência e de consciência social: o que faz de um determinado olhar do turista dependa daquilo com o que ele contrasta" quais são as formas de uma experiência não-turística. Esse olhar pressupõe, portanto, um sistema de atividades e signos sociais que localizam determinadas práticas turísticas, não em termos de algumas características intrínsecas, mas através dos contrastes implicados com práticas sociais não-turísticas, sobretudo aquelas baseadas no lar e no trabalho remunerado (URRY, 1996, p. 18).

Diante da visão de Urry (1996), podemos verificar que Cooper define que o turismo “[...] é uma atividade multidimensional, multifacetada, que influencia muitas vidas e muitas atividades econômicas diferentes” (COOPER, 2007, p. 40). De forma que, estes conjuntos levam a processos baseados na demanda e na oferta, para assim conhecer quais os atrativos e destinos que o turismo de tal cidade ou local oferece. São vários os segmentos de turismo tais como Turismo de Aventura, Turismo Religioso, Turismo de negócios, lazer, cultural, ufológico, cemiterial, dark tourism, dentre outros.

Sendo assim, o mesmo afirma que o turismo em sua maturidade no mercado não diminui o infalível crescimento, pois com a medida dos perfis e as exigências dos turistas podem-se verificar os processos e as formas que precisem ser adaptadas ou exploradas para oferecer satisfação e a diferenciação em novos produtos, assim incentivar o novo turista, a buscar novas formas de turismo e sair de sua zona de conforto.

O Caminho Transformador do Turista na Descoberta de Novos Horizontes

Para compreender o turista, devemos começar pela tradução da palavra Tourist; significa turista, uma pessoa que viaja por diversão ou descanso, prazer e por cultura, que ao longo do ano faz mais de uma viagem visitando vários lugares,

buscando entretenimento, história e conhecimento. Cooper (2007) afirma que alguns autores concentraram as suas ideias sobre o papel do turista através de suas experiências, do impacto social e ambiental do turismo. Para isso é possível ver que através das atitudes, da percepção ou motivação permite a identificação de cada perfil destes turistas e o que o mesmo procura e quais os segmentos de turismo pode se encaixar, para proporcionar uma experiência única.

Segundo Bahl (2004 p. 34), “[...] o ser humano – turista em potencial – busca facilidades para a realização de seus deslocamentos, gerando um processo de escolhas e seleção de localidades a visitar, motivado por propaganda ordenada e muitas vezes, verbal”. Porém a Organização Mundial do Turismo (OMT) aconselhou que fosse adotado o termo de turista por “visitante” em um Congresso que foi realizado em Roma no ano de 1963, como Dias e Aguiar descrevem: “Definindo o turista como qualquer pessoa que visita um país que não o de seu local normal de residência, por qualquer motivo que não seja decorrente de uma ocupação remunerada dentro do país visitado” (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 24).

Deste modo segundo Beni (2000) é considerado o turista a pessoa que permanecer mais de 24 horas no país visitado, seja por motivos de lazer, ou de assuntos que envolvam negócios, família, recreações, saúde dentre outros. E os Excursionistas, visitantes que permanecem menos de vinte e quatro horas nos locais visitados (incluindo viajantes de cruzeiros marítimos). Para a OMT a definição nos tempos atuais é que o turista é “[...] toda pessoa que se desloca de um lugar diferente de sua moradia habitual, por mais de duração inferior a doze meses, cuja finalidade principal não é exercer uma atividade que se remunere no lugar visitado” (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 24).

Assim é considerado turista aquele que permanece uma noite na cidade onde está visitando. No entanto podemos definir o turista como “visitantes de um dia”, “visitante que pernoitam (turistas)”, “visitante internacional”, “visitante interno”. Segundo Cooper (2007), ao citar o autor Cohen, em seu livro “Turismo, princípio e práticas – terceira edição”, ele descreve que podemos classificar o turista baseado na teoria que o turismo está relacionado com a curiosidade e a busca por novas experiências, porém com o objetivo de manter as referências familiares do turista.

Contudo, podemos verificar que o autor indica quatro papéis do turista que são eles: o turista organizado de massas: é o tipo de turista que se organiza com os

receptores adquirindo os pacotes completo dos produtos turísticos, se aventura pouco e guia-se através do destino turístico, conhecendo pouco a cultura local; o turista individual de massas: é um tipo de turista flexível, procura ter a viagem organizada e com o toque pessoal, porém necessita da ajuda dos receptores do produto turístico, tais como agências de viagens, hotéis; Assim formando turismo institucionalizado: (faz parte da rotina do setor turístico como agências, meios de hospedagem), já o turismo não-institucionalizado (viagem individual, busca por meios pessoais a procura por oferta) é o explorador: e o tipo de turista que é independente e foge de roteiros comuns, porém busca conforto nos meios de hospedagem e transporte confiável; o andarilho e o tipo de turista que tem a visão de descobrir o novo, faz seu próprio roteiro, não se apega a família e se interage com o povo local e paga as suas próprias despesas, não necessita dos receptores de turismo (COOPER, 2007).

Neto e Lohmann (2008) cita em sua obra, que no ano de 1974 um estudo feito por Plog, para algumas empresas nos Estados Unidos, com intuito de fazer crescer o mercado de viagens no país, fez com que o autor identificasse cinco tipos de psicográficos de turistas como é descrito a seguir:

Alocêntrico: são aqueles que querem descobrir novos destinos, explorar culturas estrangeiras e com espírito de aventura. Ruschmann (1997), comentou que a palavra “alocêntrico” deriva de *allo*, que significa “de formas variadas”, explicando que são turistas cujos interesses estão centrados em várias atividades. Os alocêntricos tem personalidades extrovertida e são autoconfiantes. Muitos têm preconceitos de ser chamados de turistas, uma vez que de certa forma, procuram se integrar com a cultura dos povos locais. Quase – alocêntricos: procuram desafios, e muitos optaram pelo ecoturismo. Meio-cêntricos: procuram se descontraír e relaxar nas viagens, sobre tudo por meio de entretenimento; Quase-psicocêntricos: são aqueles turistas que experimentam um novo destino apenas após ele ter sido bastante visitado; Psicocêntricos: turistas de massa que procuram segurança, viajando acompanhados por guias turísticos. A dominação deriva de *psyche* ou autocentrado, sendo esse tipo de turista caracterizado por uma personalidade mais inibida e avessa a aventura (RUSCHMANN, 1997). Os psicométricos preferem ambiente familiar (“ocidentalizado”), em que podem manter seus hábitos de vida, mesmo quando estão em viagem (NETO; LOHMANN, 2008, p. 258).

O turista procura por experiências que possam ser prazerosas, sendo ele mais compacto ou liberal, os dois sentidos o turista quer algo novo, fora da sua zona de conforto, algo inusitado, sendo no âmbito obscuro ou cultural.

Santa Maria (RS)

A cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, ao longo dos anos construiu sua história por colonizadores alemães, germânicos, italianos, poloneses e árabes, com uma diversidade cultural riquíssima. O município é o centro do estado do Rio Grande do Sul. A 290 km da capital, Porto Alegre, a cidade possui 283.677 habitantes, segundo o IBGE (2020), sendo a quinta cidade mais populosa da região central do estado e conhecida como “Coração do Rio Grande” e/ou cidade cultura e universitária. Podemos salientar ainda que possui o segundo contingente militar no Brasil, conhecida também por construir nacionalmente a primeira Universidade Federal no interior do país, sendo referência na área da saúde e na área de direitos humanos.

A cidade atualmente é polo na área educacional, militar, além de possuir segmentos ligados ao turismo - religioso, negócio, aventura, ecoturismo, de lazer e cultura - e suas edificações ao longo da história, tem os estilos “Art Déco” e “Nouveau” e ecletismo, proporcionando aos santa-marienses ser referências no Rio Grande do Sul, por possuir esses estilos (MACHADO; RIBEIRO, 2015, p. 218).

A cidade de Santa Maria possui vários atrativos que podem proporcionar um entrelaçamento nos segmentos do turismo como fonte de conhecimento e interesse para esses turistas. Gerando uma nova perspectiva positiva tanto social, cultura e econômica para a cidade, que vem crescendo ao longo dos anos.

Turismo como instrumento de educação patrimonial

O patrimônio cultural, definido através dos bens materiais e imateriais que cada comunidade define como relevante e digno de ser lembrado tem relação com as memórias, identidades e noções de pertencimento hegemônicas. Este patrimônio tem mecanismos para se tornar fonte de educação e conhecimento para a valorização e a preservação destes espaços, assim entrelaçando o patrimônio cultural aos segmentos do turismo.

A educação patrimonial é um processo de mediação para a valorização dos bens culturais, da identidade, da história e do pertencimento, como já apontava Mário de Andrade, pois promove a valorização pedagógica dos museus e das imagens

para as práticas educacionais. Segundo Florêncio (2016, p. 23) “A Educação Patrimonial tem, desse modo, um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio”. Já a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), descreve o patrimônio imaterial como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.” Desta forma podemos verificar que o patrimônio é passado de geração para geração, assim gerando um sentimento de pertencimento, identidade e de cultura (SILVA, 2003, p. 3).

Pois através deste sentimento o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN criou o Decreto número 3551, de 4 de agosto de 2000, como uma tentativa de assegurar a existência destes bens culturais de natureza imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro. O decreto deu início ao registro dos bens imateriais que constituem o patrimônio cultural brasileiro, criando-se para isso quatro livros de registro desses bens: I - Livro de Registro dos Saberes, em que são inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, em que são inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das Formas de Expressão, em que são inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, em que serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Segundo o IPHAN a inscrição de um bem imaterial em um dos livros de registro tem sempre como preocupação a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

O patrimônio cultural material de um povo, pode passar despercebido, quando não há conhecimento ou compreensão da história local, dessa forma é necessário um olhar mais atento para a preservação material e imaterial que revela traços importantes no espaço urbano (MACHADO; RIBEIRO, 2015, p. 220).

Brandão (1996), afirma que a Educação Patrimonial, deve ser considerada como uma preservação dos bens culturais, tanto como prática social, como nos contextos culturais, nos espaços da vida das pessoas. Quando pensamos na palavra patrimônio, logo associamos a bens, sejam eles imateriais ou materiais, a palavra “patrimônio”, deriva do latim, *patrimonium*, que significa, “o pecúlio, a herança, os bens familiares” (NETO; LOHMANN, 2008, p. 431).

Cultura é um grande componente que configura o conceito de patrimônio cultural, a ligação entre estes dois eixos é definida por inúmeras formas de reconhecimento, pois a cultura é tudo o que a humanidade criou durante o decorrer do tempo. Para Dias e Aguiar (2002 p. 129), “o indivíduo só é humano se possui cultura” e através da mesma é que o “homem adquire os conhecimentos necessários à sua sobrevivência física e social” (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 129). Como afirma Dias (2006, p. 17), “[...] pertencem à cultura bens tangíveis e intangíveis que representam valores materiais e não materiais produzidos pela ação humana”. O autor ainda complementa em sua obra *Turismo e patrimônio cultural* (2006), que uma das definições sobre cultura é descrita por Edward Burnet Tylor, de 1871: “Segundo a qual cultura é “aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei costume e quaisquer outras capacidades hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade (TYLOR, 2005 *apud* DIAS, 2006, p. 18).

Dias e Aguiar (2002, p. 138; 204), afirmam que o “Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, em 1976, através da Carta de Turismo Cultural definiu o turismo cultural de forma que o turismo que tempo objeto, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos”. O órgão consultor contribui, em parceria com o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para manutenção e proteção dos legados patrimoniais.

O conceito de Patrimônio Cultural, segundo a Emenda Constitucional número 42, de 2003, descreve que os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Assim a proteção do patrimônio é uma responsabilidade que a comunidade e o poder público devem cumprir como um só, a gestão do patrimônio, o planejamento além da

documentação, isso requer atenção da administração pública, para que estes documentos sejam revisados e controlados.

O patrimônio é a memória coletiva da sociedade, conforme Dias (2006, p. 100) afirma:

[...] a história materializada em objetos e em ações carregadas de significados; são símbolos que, continuamente, lembram que a realidade dos processos sócio culturais atuais está no passado e se articula constantemente com ele, ao redefini-lo e redefinir-se ao mesmo tempo.

Para Funari e Pinsky (2018, p. 16) o patrimônio cultural é “um ato que depende das concepções de cada época, tem a respeito do que, para quem e por que preservar”. Sendo assim o turismo cultural implica hoje não somente na oferta, mas também na preservação dos patrimônios culturais tais como obras arquitetônicas, museus e locais históricos. O patrimônio configurou-se no Brasil na década de 30, com a implementação das atividades turísticas. O art. 148A da Constituição Federal de 1934 estabelece a competência ao Poder Público do desenvolvimento da cultura e a proteção aos objetos de interesse histórico e artístico (BRASIL, 1934). Decreto-Lei N. 25/1937, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o intuito de coordenar a preservação do patrimônio cultural, proteção dos acervos de obras de arte, ou seja, fomento à história do país e à “memória nacional” (BRASIL, 1937).

Segundo Choay (2001), o conceito segue uma linha mais tradicional, com a visão para os monumentos nacionais ou históricos e por seu valor histórico e artístico. Neste mesmo contexto, Funari e Pinsky (2018) acreditam que isso deve-se a vários fatores para estruturar as políticas públicas voltadas aos patrimônios com a finalidade de proteção a esses bens, para que no futuro as novas gerações possam compreender a história das cidades e cultivar a sua cultura. Uma vez estabelecido o conceito de patrimônio e de cultura, o turismo cultural se torna um dos mais importantes segmentos ligados ao patrimônio, tornando-o uma fonte de educação e de lazer com a intenção de demonstrar a importância destes locais de visitação. Desta forma um fator importante para o sucesso destas ações educativas de preservação e conservação da história, e da valorização do patrimônio como bem material e imaterial é estabelecer vínculos entre os poderes públicos e privados através das

políticas públicas de patrimônio e de outros segmentos como turismo cultural, meio ambiente, educação, desenvolvimento urbano dentre outras áreas afins.

Conclusão

No decorrer dos anos o turismo cresce constantemente, é neste âmbito que as informações e a tecnologia, se tornam uma nova fonte de conhecimento para proporcionar algo novo e diferente para aqueles turistas que buscam novas experiências. O turismo é um viés que tem como objetivo visitar e preservar o patrimônio, tendo em vista que patrimônio e cultura são também associados a questões de história, memória e de pertencimento.

A interrelação entre patrimônio, turismo e cultura é fundamental para a construção de identidades e a valorização das comunidades locais. O patrimônio, seja ele material ou imaterial, serve como um elo entre o passado e o presente, permitindo que os turistas experimentem a riqueza das tradições e dos saberes que moldaram um determinado lugar. Ao explorar essas heranças, os visitantes não apenas desfrutam de novas experiências, mas também contribuem para a preservação cultural e econômica das regiões.

O turismo, ao ser realizado de forma consciente e respeitosa, pode agir como um agente de transformação social, promovendo o desenvolvimento sustentável e a valorização do patrimônio. Entretanto, é crucial que essa prática seja acompanhada de estratégias que evitem a degradação cultural e ambiental, garantindo que as gerações futuras também possam usufruir e se conectar com seus legados.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Maria Renilda Nery; ARAS, Lina Maria Brandão de. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, v. 10, n. 1, 1992.

BALH, Miguel. **Viagens e Roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 2003. 8ed

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.

CATROGRA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.

COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e prática**. Bookman, 2000.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**/Flavia Roberta Costa. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

DE MEDEIROS, Maria Ricken; WITT, Nara Beatriz; POSSAMAI, Zita Possamai. Leituras da cidade: aprendendo a olhar Porto Alegre. *In*: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. **Patrimônio cultural e ensino de história**. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

DE OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. **Turismo com base pedagógica**. *In*: DE OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves; ROSISTOLATO, Rodrigo. Espaços sociais de formação educativa: turismo, casa, escola e cidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

DE OLIVEIRA, Vânia Maria Abreu; TOLEDO, Ana Júlia Oliveira; DA SILVEIRA, Dielson Prestes. A importância de a memória ser escrita, para além de ser oral. *In*: TOSO, Cláudia Eliane Igenfritz; CALLAI, Helena Copetti; DE OLIVEIRA, Tarcisio Dorn. **A cidade e as múltiplas interações com o patrimônio, identidade e pertencimento**. Curitiba: CRV, 2020.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. Saraiva, 2006.

DIAS, Reinaldo; DE AGUIAR, Marina Rodrigues. **Fundamentos do Turismo: conceito, normas e definições**. Alínea, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e Patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**. São Paulo: Editora 34, 2014.

IPHAN – **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em:
[http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12577&sigla=Ins"si](http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12577&sigla=Ins%27si&retorno=detalheInstitucional)
gla=Institucional&retorno=detalheInstitucional. Acesso em: 9 abr. 20019.

JOHN, Nara Marlei. **Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural**. Curitiba: Appris, 2021.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

LEITE, Rogério Proença. Patrimônio e Centros Históricos. *In*: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio**: Debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

LEROI-GOURHAN, Andre. Os caminhos da história antes da escrita. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MACHADO, Maria Dinair; RIBEIRO, Marcelo. Dos trilhos aos palacetes: refletindo sobre o acervo arquitetônico da Av. Rio Branco, Santa Maria, RS. **RELACult, Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 217-232, 2015.

NETTO, Panosso. A. & Lohmann, G. (2008) **Teoria do Turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Editora Aleph.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de história e patrimônio cultural**: um percurso docente. Jundiaí: Paco, 2017.

PONTES, Anna Maria de Lira. Memórias, vivências, alegoria: as ruínas do centro histórico de João Pessoa. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

REJOWSKI, Mirian et al. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, v. 157, 2002

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2023.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios a história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

SILVA, Daisy Rafaela da. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**: a tutela do meio ambiente cultural. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 75, 2003.

SOUZA, Shirley Nara Moreira de. **Dark Tourism e turismo cemiterial em Santa Maria:** possibilidades? 2017. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão de Turismo) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2017.

URRY, John. **Olhar do turista**, O. Studio Nobel, 1996.

Recebido em Julho de 2025
Aprovado em Julho de 2025